

Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

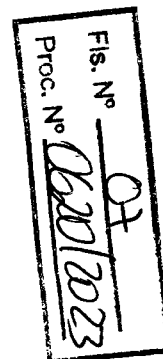
ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

PROCURADORIA - GERAL

Barueri, 29 de março de 2023

PARECER JURÍDICO

011/2023



De: Procuradoria-geral.

Para: Presidente, Secretaria Legislativa, Comissão de Justiça e Redação, Comissão de Finanças e Orçamento e Comissão de Saúde e Assistência Social.

Ref.: PROJETO DE LEI Nº 012/2023.

Autoria: EXECUTIVO MUNICIPAL.

Dispõe sobre:

“ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 787, DE 10 DE SETEMBRO DE 1991, QUE INSTITUI O NATAL DAS CRIANÇAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Disposições iniciais

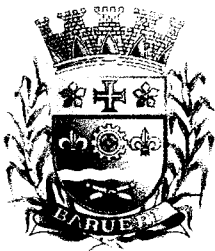
Trata-se de Projeto de Lei de autoria do Chefe do Poder Executivo que tem por fim alterar dispositivos da Lei nº 787, de 10 de setembro de 1991, que institui o Natal das Crianças e dá outras providências.

A presente propositura objetiva aperfeiçoar a lei nº 787/1991, adequando os seus dispositivos ao Estatuto da Criança e do Adolescente, especialmente no que se refere a definição de criança, que, de acordo com o Estatuto referido, trata-se daquela pessoa com idade de até 12 (doze) anos.

CÂMARA MUNICIPAL DE BARUERI

03-08-2023 14:09 000004 1/2





Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

PROCURADORIA - GERAL

Assim, a lei passa a garantir o direito ao brinquedo natalino à criança de até 12 (doze) anos, ampliando o acesso, uma vez que o dispositivo alterando limita o direito até 10(dez) anos.

Ademais, outra alteração se refere a inclusão das crianças com deficiência, que expressamente passam a ser detentoras do direito ao brinquedo natalino, quando cadastradas nos serviços públicos a ela direcionados.

Portanto, a alteração pretendida encontra fundamento na competência do Poder Público Municipal que, segundo a lei orgânica, assegurará, com absoluta prioridade, a efetivação do direito a cultura, ao lazer, (artigo 154, Lei Orgânica do Município de Barueri- LOMB). Assim como, na competência municipal de garantir dignidade e qualidade no atendimento, visando a satisfação do direito à vida (artigo 140, § 1º, inciso IV).

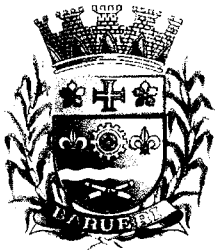
Considerações finais

Portanto, referido Projeto atende aos requisitos legais de competência (artigo 12, artigo 13, inciso I, alínea "g", artigo 19, inciso III, alínea "f", todos da LOMB), iniciativa e admissibilidade (artigos 58, "caput", artigo 60, inciso VI, ambos da LOMB; artigo 135, parágrafo único, inciso III e artigo 136, alíneas "a", todos do Regimento Interno - RI), não havendo óbice à sua regular tramitação, devendo observar o processo legislativo a seguir:

- a) **Parecer da Comissão de Justiça e Redação** (artigo 50, § 1º, do RI);
- b) **Parecer da Comissão de Finanças e Orçamento** (artigo 50, § 2º, do RI);
- c) **Parecer da Comissão de Saúde e Assistência Social** (artigo 50, § 10, do RI);

Fls. Nº	03
Proc. Nº	0620/2023





Câmara Municipal de Barueri

Parlamento 26 de março

ISO 9001 | SA 8000 | ISO 14001

PROCURADORIA - GERAL

- d) **Discussão única** (artigo 47, 'caput', da LOMB e artigo 173, § 2º, do RI);
- e) **Quórum: maioria simples dos membros da CMB** (artigo 51, da LOMB e artigo 184, §1º, do RI);
- f) **Votação simbólica** (artigo 189, inciso I, do RI).

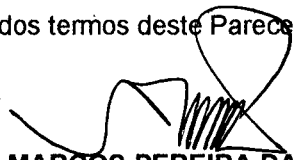


Sugere-se, à Comissão de Justiça e Redação para que, nos termos regimentais, verifique a concordância e a pertinência da pontuação utilizada.

S.M.J., este é o parecer e o entendimento desta Procuradoria Geral.


LUCAS RAFAEL NASCIMENTO
Procurador-Geral
OAB/SP nº 264.968

A Secretaria-geral – por meio de sua Assessoria – no uso de suas respectivas atribuições, notadamente em relação a prestação de assessoria à Mesa Diretora e ao Presidente da Câmara, DÁ-SE POR CIENTE dos termos deste Parecer.


MARCOS PEREIRA DA SILVA
Assessor da secretaria-geral

